

O QUE É A CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE:

A Conferência Nacional de Saúde é um evento político consultivo e propositivo que, em sua 15ª edição, tem como objetivo mobilizar as categorias relacionadas à saúde em prol do avanço político do Sistema Único de Saúde e, por consequência, o desenvolvimento social que tangencia este órgão centralizador das políticas relacionadas à saúde no Brasil.



A IMPORTÂNCIA DE AS/OS PSICÓLOGAS/OS PARTICIPAREM:

Faz-se importante a participação de toda a categoria em todas as Etapas das Conferências, pois é necessário que haja acúmulo de resultados de debates para que se garanta que as melhores propostas, visando o melhoramento do serviço público de saúde, possam ser apresentadas e contempladas. Estas serão repassadas gradualmente, da etapa municipal para a estadual e da estadual para a nacional. Por isto é essencial que todos os interessados façam sua inscrição e participem desde a primeira instância. O repasse dos debates será feito através de Ementas, divididas em 8 eixos.



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

*Psicologia todo dia, em todo lugar
por uma sociedade mais democrática e igualitária*

www.crpsp.org.br

Psicóloga/o, participe das



Conferências de Saúde

MUNICIPAL · ESTADUAL · NACIONAL

Sua participação é
muito importante. Saiba mais,
visite o nosso infográfico:

www.crpsp.org.br/cns



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

As propostas do CRP-SP para cada eixo:

I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade

1. Lutar pela desinstitucionalização do cuidado em saúde;
2. Defender a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial;
3. Lutar pelo fechamento de todas as instituições asilares e manicomiais e realocação dos recursos para RAPS;
4. Lutar pela humanização e equidade no atendimento das necessidades de saúde;
5. Contribuir para avanço nas políticas de Saúde do Sistema Prisional, das populações do Campo, da Floresta e em situação de rua;
6. Lutar pela inclusão do cuidado à saúde mental e às subjetividades em todas as políticas e programas;
7. Defender a articulação entre diferentes Secretarias nas questões mais complexas como: Autismo, Álcool e outras Drogas, entre outros;
8. Lutar pela implantação de uma política pública de drogas inclusiva e não segregativa com o fortalecimento da política de redução de danos;
9. Defender a descentralização do cuidado em saúde mental para a atenção básica compondo a rede com os serviços especializados;
10. Lutar pela descriminalização do Aborto.

II - Participação e Controle Social

1. Defender Sistema Nacional de Participação Social em todas as políticas públicas;
2. Exigir efetiva transparência das ações do SUS;
3. Lutar pela implantação do Controle Social nas entidades que recebem dinheiro do SUS;
4. Defender que os conselhos articulem com as entidades e movimentos das/os usuárias/os e trabalhadoras/es do SUS, ampliando a luta ao direito à saúde.

III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

1. Criar Plano de Cargos, Carreira e Salário em todas as políticas públicas;

2. Defender a formação permanente, técnica e ética aos profissionais da saúde, como estratégia de qualificação do trabalho e produção de conhecimento;
3. Combater a precarização das relações de trabalho, que se solidificam com a transferência ou terceirização de serviços públicos para o setor privado;
4. Defender jornada de trabalho de 30 horas para as/os trabalhadoras/es da saúde, sem redução de salário;
5. Apoiar ações que reafirmam o papel do Estado como regulador da força de trabalho;
6. Lutar contra o Ato Médico e a favor do cuidado trans/interdisciplinar;
7. Lutar para que as grades curriculares das áreas de saúde contemplem uma visão de saúde integral e os princípios do SUS;
8. Lutar para que a educação permanente seja incluída como ferramenta de gestão, possibilitando a inclusão da/o trabalhadora/or da saúde nos processos decisórios.

IV - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado

1. Lutar pela aplicação no SUS de 10% das receitas correntes brutas da União, e pelo fim da DRU (Desvinculação da Receita da União, mecanismo que permite que o governo use como quiser 20% da arrecadação de todos os tributos existentes);
2. Exigir o cumprimento da lei 141/2012, que regula sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;
3. Defender novas formas de financiamento como taxação de grandes fortunas;
4. Defender o fim dos subsídios públicos e da renúncia fiscal aos planos privados de saúde;
5. Lutar pelo aprimoramento da cobrança do ressarcimento ao SUS dos serviços prestados aos usuários da saúde suplementar;
6. Defender que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as esferas de gestão e em todos os serviços, seja 100% pública e estatal e submetida ao Controle Social;
7. Defender a flexibilização da responsabilidade fiscal para a contratação na saúde pública diminuindo progressivamente a contratação de O.S;

8. Lutar pela revogação da Lei Estadual 1131/2010 que permite reverter 25% da renda do SUS para planos de saúde privados e particulares;
9. Lutar para que os governos estaduais financiem a implantação e o custeio mensal das RAPS.

V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde

1. Lutar contra a terceirização e precarização das relações de trabalho;
2. Priorizar ações de prevenção e promoção;
3. Lutar pela implantação das regiões de saúde e as 5 redes prioritárias conforme o decreto 7.508/2011 que regulamenta a lei 8.080/1990.

VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS

1. Estimular a Educação Popular/educação cidadã orientada para a conscientização de Direitos;
2. Defender o protagonismo dos usuários.

VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

1. Estimular a utilização de acolhimento e humanização visando a saúde integral do indivíduo;
2. Lutar contra a medicalização do cuidado e a favor do cuidado trans e interdisciplinar;
3. Lutar pela garantia da transparência e ética em Pesquisa.

VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado

1. Defender uma Reforma Política no sentido de garantir participação social nas decisões políticas;
2. Lutar para a democratização da mídia e dos meios de comunicação;
3. Lutar contra as MPs e PECs que restringem direitos (Redução da idade penal, estado laico, etc);
4. Defender e lutar por políticas públicas universais, integrais e equânimes que busquem a inclusão, o respeito à diversidade e o combate ao racismo e ao preconceito;
5. Defender o ECA.